

A “doença infantil” do nacionalismo

levará votar em plenário, o acordo firmado entre o Clube de Paris para renegociação de governo a governo. A discussão da dívida do Executivo não foi aprovada pelo Conselho de Estado, por motivo de ordem constitucional, os ministros assinados pelo Executivo não foram aprovados. A discussão da dívida do Executivo não foi aprovada pelo Conselho de Estado, por motivo de ordem constitucional, os ministros assinados pelo Executivo não foram aprovados.

As discussões do Senado se destinam a tendências do plenário, o ministro Maciel, líder do governo, deverá fazer grandes esforços para não ser surpreendido por uma vez aos interesses do Executivo. Neste caso se confundem com o movimento econômico brasileiro. A Comissão de Assuntos do Senado, o acordo com o Brasil foi rejeitado por 8 votos a favor. A estreita diferença nada impede a tendência da Casa e traduza uma apreciação sobre a real posição do Brasil no concerto das nações.

O voto que dividiu ao meio a comissão do senador Eduardo Suplicy

(PT-SP), que não se conformou com o fato de o Brasil, como integrante do Clube e credor da Polônia, ter acordado em reduzir a dívida polonesa em 50%, e não ter conseguido obter concessão alguma de substância quando mudou de lado na mesa e argumentou como devedor. À primeira vista, sem dúvida alguma, o País foi discriminado. Igual sentimento, aliás, nutriam alguns devedores do Brasil na América Latina, quando viam que a posição de Brasília com relação a eles, nas negociações bilaterais, era idêntica àquela que os governos integrantes do Clube acabaram por adotar com o Brasil. Na verdade, o Clube de Paris julgou politicamente — e negar o fato será pretender tapar o sol com a peneira. Assim julgou, pensando no peso político de cada país na balança de poder que interessa a seus integrantes, isto é, a estabilidade na Europa Central. Ao juízo político se acrescentou o econômico: o Brasil tem mais condições de pagar que a Polônia, que saía da falência do comunismo e lutava para honrar parte de seus compromissos e evitar a desagregação política (o que não se sabe até quando conseguirá impedir, dada a crise que lavra entre o presidente, o primeiro-ministro e o Congresso).

Os integrantes da comissão que segui-



ram a opinião do senador petista pretenderam, pelo que se pode depreender dos argumentos de Suplicy, mostrar ao Executivo que deveria ter postura mais enérgica nas negociações com os credores. Essa mentalidade difícil de definir — pois não é ufanista, espelhando apenas um orgulho oculto — foi a que levou a “Irmandade da Economia”, na primeira fase do governo Collor de Mello, a pretender tratar a comunidade financeira internacional como se ela devesse favores ao Brasil pelo fato de Brasília se dispor a negociar sua dívida para com ela. O resultado dessa pretensão balofa foi o que se viu: até hoje não se fechou o acordo com os bancos privados, e o negociado com o FMI não é impugnado pela instituição internacional, em virtude do respeito que o ministro Márcilio Marques Moreira demonstra merecer.

O Senado é, em boa medida, responsável pela condução da política externa brasileira. Seria de esperar, por isso mesmo, que seus integrantes, sem exceção, tivessem plena consciência de que são fator de força e fator de debilidade do Brasil na cena internacional, no jogo de poder entre as nações. Depois que a tecnologia da guerra naval evoluiu com o submarino nuclear, o Brasil perdeu parte

de sua importância geoestratégica. Isso em primeiro lugar; em segundo, o desmoronamento do império soviético fez que a hipótese de guerra naval no Atlântico Sul perdesse (pelo menos por enquanto...) a já pequena prioridade que tinha nos planos da Defesa da Europa e do Ocidente. Em terceiro lugar, os governos europeus e o norte-americano representados no Clube de Paris sabem que a Polónia é peça-chave para a balança de poder na *Mitteleuropa* e que, se desestabilizada ela, a crise na Europa Central alcançaria proporções mundiais. Infelizmente, para todos nós, o Clube de Paris não vê com o mesmo temor uma desestabilização no Brasil. Além do que, depois da revolução tecnológica da “terceira onda”, os países do Sul estão colocados numa situação desconfortável de impotência.

Enquanto o Senado não tomar consciência de que os fatores de força do Brasil são hoje bem menores do que eram há dez anos, para não ir mais longe, posições como essa reação irada contra o Clube de Paris apenas traduzirão a “doença infantil” do nacionalismo. A qual trabalha contra a economia brasileira. Em matéria de balança de poder entre as nações, pretensão e água benta não fazem bem a ninguém, ao contrário do que reza o ditado. Pelo contrário — isolam diplomaticamente e contribuem para empobrecer os que já são pobres.